

SÃO PAULO + DEMOCRÁTICA: METODOLOGIAS DE CAPACITAÇÃO PARA UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA

RESUMO

Este projeto de SMUL/PLANURB (Secretaria de Urbanismo e Licenciamento - Coordenadoria de Planejamento Urbano) visa contribuir com a capacitação da população, no intuito de aprimorar os procedimentos de participação social desenvolvidos pela prefeitura. Para tanto, este projeto propõe a elaboração de um Manual de Apoio que aborda a capacitação prévia a momentos de processos participativos, embasado nos conceitos de linguagem simples e formação contínua, servindo a qualquer servidor que trabalhe com esta temática. A metodologia desta pesquisa envolveu análise bibliográfica e diálogos com técnicos da SMUL. Para que o processo de capacitação seja efetivo, elencou-se variadas estratégias didáticas e metodologias, buscando engajar diferentes setores da população. Entende-se que ações relativas à capacitação fortalecem a cidadania democrática, esta que é fundamental para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

INTRODUÇÃO

A participação social tem se configurado como uma temática de relevância crescente nas últimas décadas, impulsionada por diversos movimentos sociais, avanços no cenário democrático, e pela necessidade de incluir a sociedade nas tomadas de decisões que afetam o país como um todo. A Constituição de 1988 é um marco significativo ao consagrar a participação popular como um dos pilares do Estado democrático de direito. De acordo com Menezes (2005), nesse contexto, viabiliza-se a participação ativa do cidadão no auxílio à gestão pública, permitindo-lhe assumir o papel fundamental de acompanhar o processo de construção, administração, cumprimento e avaliação das políticas públicas.

O Planejamento da cidade e, por conseguinte, de suas políticas públicas, é o instrumento pelo qual o Município organizará e exercerá suas atividades, conforme consta no Art. 143 da Lei Orgânica do Município de São Paulo. O mesmo artigo também estabelece que esse planejamento deve ser feito "em caráter permanente, descentralizado e participativo".

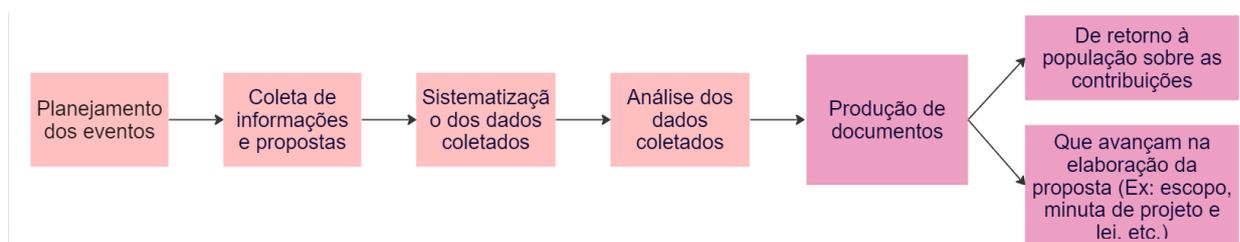
Em paralelo, a Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, no inciso II de seu Art. 2º, estabelece como uma das diretrizes gerais da política urbana:

"gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano".

Em São Paulo, a participação social é crucial no enfrentamento dos desafios gerados pelo crescimento acelerado e pela desigualdade social. A partir dos anos 2000, a cidade adotou com mais vigor mecanismos de controle social, como por exemplo os conselhos, visando envolver os cidadãos desde a formulação até a implementação das políticas públicas. Na Lei Municipal 16.050/2014 (Plano Diretor Estratégico - PDE), também é prevista a participação dos munícipes em diferentes âmbitos e setores da gestão pública. Destaca-se o Art. 322, no qual se institui que “A participação dos munícipes em todo processo de planejamento e gestão da cidade será baseada na plena informação, (...) garantindo a transparência, acesso à informação, a participação e os preceitos da gestão democrática.”

Nesse sentido, é importante salientar que este projeto foi idealizado justamente devido ao contato com a revisão intermediária do Plano Diretor e a sistematização de suas etapas de participação social, experiência que possibilitou compreender mais detalhadamente as limitações daquele processo participativo. A partir de uma análise do planejamento e execução do processo participativo dessa revisão, foram identificadas 5 etapas, conforme a Figura 1 abaixo.

Figura 01: Esquema ilustrativo do processo participativo.



Fonte: autoral, 2023. Este esquema foi baseado na recente revisão do PDE que culminou na Lei Municipal 17.975/2023 e que teve um extenso processo participativo no âmbito do executivo.

Considerando que a legislação revisada estabelece a obrigação do processo participativo, é fundamental a elaboração de projetos que busquem aprimorar os procedimentos relacionados à participação social. E como estratégia metodológica, optou-se por analisar e propor melhorias para uma etapa que muitas vezes não é prevista: a capacitação dos munícipes previamente ao processo participativo, visando uma participação mais fundamentada e eficaz. Isso porque, percebeu-se que um dos

principais desafios para a participação da população - tanto quantitativamente como qualitativamente – é a falta de conhecimento sobre os temas e sobre a importância desses espaços de participação social. Além disso, as informações disponibilizadas muitas vezes possuem uma linguagem técnica que, em muitos casos, mostra-se inadequada para garantir uma participação mais efetiva.

Portanto, o projeto tem como premissa colaborar com a estruturação dos futuros processos participativos realizados pela Prefeitura, incentivando a participação ativa dos munícipes, ampliando o acesso à informação, fortalecendo os espaços de diálogo e, assim, garantindo uma gestão mais democrática da cidade.

OBJETIVO

O Decreto nº 60.061 de 3 de fevereiro de 2021 “no que se refere ao PDE, aos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e dos Planos de Bairros” dispõe que é atribuição de SMUL/PLANURB “coordenar os processos participativos de elaboração, revisão e de gestão” (art. 27, inciso IV, alínea d). Nesse contexto, o objetivo deste projeto é contribuir com a capacitação dos munícipes a partir da elaboração de um Manual de Apoio aos servidores públicos das Coordenadorias de Planejamento das Secretarias. Esse Manual aborda o tema da capacitação prévia a processos participativos, e é embasado nos conceitos de linguagem simples e formação contínua. Dessa maneira, procura-se estruturar um modelo de capacitação contínua da população civil acerca dos variados temas do planejamento, e dos espaços de participação social, objetivando o fortalecimento dos processos participativos como ferramentas democráticas.

DESENVOLVIMENTO

Como primeira etapa da pesquisa, buscou-se compreender a situação atual da capacitação para processos participativos no município de São Paulo, por meio de uma revisão bibliográfica e do diálogo com técnicos da SMUL. Como referências, foram lidos os seguintes autores: Cruz (2019), Modesto (2005), Maricato (2002) e Menezes (2005), que discutem a importância da participação social como instrumento democrático, e os obstáculos que foram enfrentados nos últimos tempos. Em relação à percepção dos técnicos sobre os processos participativos, a partir dos diálogos e do acompanhamento de procedimentos técnicos, foi possível compreender as dificuldades para uma participação social mais qualitativa, no âmbito da SMUL. Além disso, foram analisados

relatórios da participação social emitidos durante a revisão do PDE, disponibilizados pela prefeitura nos sites da Gestão Urbana¹ e do Plano Diretor SP².

Logo, com a finalidade de embasar a proposta de capacitação para processos participativos, foram utilizados trabalhos que analisam outras experiências relacionadas ao tema, como Freitas (2018) e Cymbalista (2004). Também foram consultados outros documentos elaborados pela prefeitura, como o Guia Metodológico dos Processos Participativos (2018) e o Programa Municipal de Linguagem Simples (2020).

DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Para se iniciar um diagnóstico do problema, partiu-se de uma das experiências mais recentes, a Revisão Intermediária do PDE, observando principalmente o recorte do trabalho realizado pelo Executivo entre 2022 até março de 2023, quando foi entregue o Projeto de Lei (127/2023) à Câmara Municipal.

Por meio do trabalho de CRUZ (2019), que estudou o processo participativo e acompanhou a elaboração do PDE de 2014, pôde-se ter um ponto de partida para a comparação com a revisão intermediária. O autor analisa que durante os processos participativos da revisão do PDE de São Paulo em 2014, de 12 milhões de habitantes houve a participação de apenas 0,1% da população. Assim, expondo a necessidade de propor novos caminhos para a realização desses processos participativos.

O autor aplicou questionários e entrevistas à população, com o propósito de diagnosticar os condicionantes para que a participação ocorra efetivamente de modo a contribuir para o planejamento urbano. Embora 63% da amostra entrevistada tenha respondido que sabia o que era o Plano Diretor e o Zoneamento, 72% dos entrevistados não ficaram sabendo do processo participativo para revisão do PDE e da LPUOS³ em São Paulo, naquela época. Além disso, foi levantado que mais de 90% da amostra não participou do processo de revisão ou nunca participou de qualquer processo de consulta induzido pelo governo, e 49% das pessoas afirmam não participar por falta de conhecimento da existência desses processos.

Percebe-se que os dados de participação do processo de revisão do PDE finalizado este ano não diferem tanto dos números de 2014. Conforme o site “Gestão

¹ <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/processo-participativo/>

² <https://planodiretor.sp.prefeitura.sp.gov.br/>

³ Lei Nº 16.402/2016 - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Urbana” em sua aba “Processo Participativo” do PDE, em 2014 constaram 10.147 contribuições recebidas (incluindo os números da Câmara Municipal de São Paulo) e, conforme o site “Plano Diretor SP”, a apresentação devolutiva da revisão intermediária de 2021 informa que foram registradas 12.611 contribuições. Embora tenha ocorrido um aumento em relação a 2014, os resultados de 2021 não foram tão expressivos considerando a ampliação das plataformas de divulgação e de participação social.

Dados disponibilizados pela prefeitura nos relatórios emitidos, também no site “Plano Diretor SP”, mostram que das 4.389 propostas da tabela de respostas (Etapa 3 da Revisão), 549 foram classificadas como “não pertinente” ao PDE ou ao escopo da revisão e 1.782 não possuíam texto justificativo sobre a opção escolhida, que era “manter”, “incluir” ou “revisar” o artigo. Isso demonstra que, mesmo com a evolução nos últimos 10 anos entre o PDE, a revisão e a utilização de modos digitais para possibilitar um maior alcance, ainda há dificuldades para que a população se aproprie dos temas relativos ao planejamento.

É importante reconhecer que, na revisão intermediária do PDE foram pensados e criados recursos para tornar transparente, simples e acessível à população o conhecimento técnico e jurídico presente no trabalho dentro das secretarias, como o site Gestão Urbana. Além disso, os documentos técnicos disponibilizados no site do PDE foram adaptados para pessoas com deficiência visual, física e de baixa mobilidade, tendo alcançado, no quesito acessibilidade, um processo de fato mais inclusivo. Entretanto, ao analisarmos o Quadro de Respostas às Contribuições Recebidas na Etapa 3 da revisão do PDE, por exemplo, é evidente que a população ainda possui dificuldades para entender e contribuir com o processo como um todo, sobretudo pelo teor das leis e planos, que são muito complexos.

Nesse cenário, é fundamental discutir a questão do uso de ferramentas digitais na participação social. Durante a pandemia, dado o contexto de isolamento social, a possibilidade de usar meios digitais para realizar debates e consultas públicas foi uma saída interessante. Mesmo após a pandemia, continuaram sendo utilizadas as plataformas digitais, por facilitarem a participação de parte da população e por apresentarem mais recursos de acessibilidade. Porém, não podemos deixar de lado a realidade social da maior parte da população: Cerca de 20% da população não tem

acesso à internet na cidade de São Paulo⁴, logo, é fundamental olhar para essas ferramentas de forma complementar ao modo presencial, e não como um formato único de participação social.

CONCEITOS E MELHORES PRÁTICAS DE REFERÊNCIA

De acordo com o Guia Metodológico dos Processos Participativos⁵ (2018), a transparência é essencial para a participação pois, sem informações claras, a sociedade não pode avaliar propostas e contribuir efetivamente. Isso implica não apenas em divulgar os processos participativos, mas também na construção de espaços e materiais variados que promovam a **formação contínua** dos cidadãos sobre problemáticas diversas. Uma gestão verdadeiramente participativa e democrática garante que todos possam participar, não apenas os especialistas. Portanto, esta formação continuada também deve recorrer à **linguagem simples** e acessível para ser efetiva.

É consenso na literatura estudada a ideia de que uma população não consegue participar de forma efetiva e eficaz sem que haja um mínimo de conhecimento sobre os assuntos a serem discutidos e, principalmente, sobre a estrutura e o funcionamento da administração pública (DAGNINO, 2002; JACOBI, 2002; GOHN, 2003; DEXHEIMER, 2006 apud CARMARGO, 2015; KNOWLES ET AL, 2005). Sobre isso, Modesto (2005) discorre sobre como o analfabetismo e a baixa escolaridade afastam a população das questões públicas, os impossibilitando de participar. Knowles *et. al.* (2005) reforça a necessidade de o indivíduo entender a relevância e a aplicação do tema em seu dia a dia, antes de engajar em um processo de aprendizado.

Nesse contexto, torna-se necessário que todo material de apoio desenvolvido para os processos de capacitação possua o uso da linguagem simples⁶, evitando jargões, termos técnicos de difícil compreensão e siglas ou, se for o caso, explicando-os quando essenciais. Além disso, é recomendado o uso de elementos visuais, como diagramas, tabelas e gráficos que facilitem a compreensão do conteúdo (São Paulo, 2022). Um exemplo bem-sucedido é o Texto Ilustrado da Lei do PDE de São Paulo, que possui diversas figuras explicativas que resumem e facilitam a compreensão do público.

⁴ HELSPER, H. E. J. Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da internet na cidade de São Paulo. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

⁵ Elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura de São Paulo

⁶ A prefeitura de São Paulo formulou o Programa Municipal de Linguagem Simples. Disponível no link: <https://011lab.prefeitura.sp.gov.br/linguagem-simples/ferramentas-de-apoio>

No cenário urbano, Ermínia Maricato (2002 *apud* ARAUJO, 2023) disserta a existência do analfabetismo urbanístico, que mesmo o indivíduo sendo alfabetizado, é afastado das discussões do planejamento urbano, visto que é uma área que possui muitos termos “urbaniquês”, fazendo com que a linguagem seja uma barreira. A autora sugere que o tema saia da academia, fugindo da linguagem técnica, para que se aproxime da realidade do dia a dia das camadas mais populares.

A partir destes conceitos, analisando o trabalho de Freitas e Bueno (2018), foram utilizadas como referências para este projeto os casos dos municípios de Jundiaí/SP e de Vinhedo/SP que, com a introdução de inovadora metodologia participativa, conseguiram resultados em leis que refletem um projeto de cidades mais democráticas e inclusivas. Nesses casos, foram realizadas oficinas anteriores à elaboração do Plano Diretor e às reuniões deliberativas, de modo a aproximar a população aos conteúdos técnicos, nivelando e aprofundando o conhecimento técnico da sociedade e construindo um vocabulário comum. De acordo com Rolnik (2008, p. 93 *apud* FREITAS, 2018) a região conseguiu construir um processo de discussão e negociação pública do plano e, apesar dos conflitos, logrou construir um consenso, respeitando a participação da sociedade civil em todas as etapas de elaboração do plano.

Outra referência considerada neste relatório é o projeto de disseminação e capacitação no tema legislação urbanística, realizado pelo Instituto Pólis, em 2002, elaboraram um conjunto de instrumentos didáticos, dinâmicas e metodologias de capacitação de diversos atores sociais, denominados de “Kit das Cidades”⁷. O Kit foi composto por cartilhas, vídeos, guias, áudios e um jogo, todos materiais abordando de forma simples e acessível as diversas temáticas da política urbana e a importância da participação social, contendo também um manual do capacitador, sugerindo estratégias de divulgação e a criação de espaços de formação usando esses instrumentos.

O projeto se embasou na formação de multiplicadores para aumentar o alcance do material, e teve caráter inédito em relação à sua forma e ao nível de abrangência de distribuição dos materiais, que se deu em âmbito nacional. Os materiais tiveram grande alcance e, de acordo com Cymbalista (2004), conseguiram romper uma barreira cultural que sempre afirmou ser a regulação urbanística um assunto para técnicos e especialistas, não apropriado para discussão e disseminação massiva.

⁷ <https://polis.org.br/publicacoes/manual-do-capacitador/>

PROPOSTA

Propõe-se neste projeto um Manual de Apoio que oriente os servidores públicos envolvidos em processos participativos no desenvolvimento de uma capacitação contínua da população. Optou-se pelo uso de diferentes recursos didáticos e metodologias que dialogam com os problemas identificados e com diferentes parcelas da população, permitindo que sejam construídos processos de capacitação adequados para cada caso. Reforça-se que as metodologias aplicadas nestas capacitações devem conter recursos de acessibilidade, como intérprete de libras, audiodescrição ou legendas, e que os meios digitais ainda são restritos a uma parte da população, logo, seu uso deve ser complementar aos meios presenciais.

O Manual de Apoio poderá ser usado para comparar e selecionar os métodos mais adequados para atingir o público-alvo, por meio de um processo de capacitação otimizado. Além disso, pode auxiliar no desenvolvimento de um cronograma da capacitação, organizando quais estratégias serão adequadas para cada etapa. No que se refere à necessidade de alocação de recursos para a implementação das capacitações, buscou-se elencar metodologias para as quais seria necessário apenas suporte técnico (servidores), tecnológico (materiais e equipamentos) e estrutural (local adequado) já existentes, sem necessidade de investimento financeiro complementar. A seguir, são apresentadas as possibilidades de metodologias, ou seja, formatos pelos quais a informação pode ser vinculada, além de estratégias, que são meios de aplicação das metodologias para se chegar aos resultados esperados.

METODOLOGIAS

Vídeos: Recurso visual e auditivo, facilita o entendimento e assimilação do tema tratado, proporcionando um maior controle sobre o ritmo de aprendizado, e tornando a aprendizagem mais agradável para o indivíduo. No cenário atual de constante avanço tecnológico, os vídeos se destacam como recursos didáticos atrativos para o público em geral. Vídeos explicativos são particularmente úteis em momentos de consulta pública ou discussões sobre projetos urbanos, já que podem trazer maior aprofundamento sobre os temas. Entretanto, é relevante destacar que os vídeos longos podem ser mais exaustivos, sendo necessário utilizar uma linguagem simples e atrativa. Já vídeos curtos são menos aprofundados, porém são ótimas ferramentas para uma primeira aproximação da população com os temas que serão discutidos. Para isso, é interessante que os vídeos contenham assuntos mais específicos e com maior potencial de

engajamento, ou ainda que contenham explicações acerca dos conceitos técnicos. Essa estratégia funciona bem de forma associada, podendo diversos vídeos curtos passarem um conjunto maior de informações. No entanto, é importante reconhecer que a eficácia dos vídeos pode variar dependendo da qualidade da produção, da linguagem utilizada e da abordagem das temáticas.

Aulas: A aula é o processo de aprendizagem mais tradicional existente, onde um especialista presta sessões informativas, visando aprofundar o entendimento sobre questões ligadas aos temas a serem discutidos. Além disso, cada aula se diferencia na forma como é preparada e conduzida, podendo abordar e aprofundar diversos temas. Os benefícios incluem a disseminação do conhecimento mais profundo para uma participação ativa e informada, vez que o contato direto com um especialista no assunto também possibilita a tirada de dúvidas. Em aulas presenciais, há um espaço de maior proximidade, onde é possível ter uma conversa mais direcionada aos interesses dos alunos. Essas aulas podem se beneficiar dos equipamentos públicos de maior relevância e locais de referência, como CEUs, centros culturais e subprefeituras, que tem o potencial de atrair mais pessoas. Com isso, tais aulas tornam-se um importante espaço de fortalecimento dos vínculos locais e de aplicação dos termos técnicos em demandas cotidianas. Entretanto, justamente por esse aspecto mais local, essa estratégia de aulas presenciais pode ter um alcance mais reduzido. Já as aulas em formato virtual podem ter um alcance maior, porém com menor possibilidade de estabelecer conversas mais fluidas, abertas e engajadas.

Palestras: Uma palestra consiste em uma apresentação verbal com o propósito de comunicar informações ou instruir indivíduos acerca de um determinado tema. Entre as vantagens, destacam-se a eficácia na disseminação de informações complexas de maneira organizada, além da possibilidade de exposição a múltiplas perspectivas. Isto posto, as palestras podem ser particularmente úteis em eventos de conscientização pública, por exemplo, ligados a lançamentos de projetos e programas correlatos ao tema. No entanto, limitações podem incluir a passividade dos participantes, e a falta de interação em comparação a outras abordagens mais participativas.

Cartilhas: É um material breve e informativo que permite a fixação da aprendizagem. As cartilhas são valiosas em projetos de conscientização contínua, campanhas de educação pública e distribuição em eventos comunitários. As cartilhas têm como

vantagem a capacidade de apresentar de forma acessível conceitos e diretrizes fundamentais e, portanto, devem possuir linguagem acessível e abordar elementos básicos sobre as políticas, preferencialmente com uma linguagem mais simples e ilustrativa. No entanto, sua limitação é a tendência à superficialidade quando se trata de abordar tópicos complexos. Devido à natureza concisa e resumida das cartilhas, é possível que nuances importantes ou detalhes mais profundos não sejam completamente explorados, o que pode limitar o entendimento abrangente dos assuntos por parte dos leitores.

Oficinas: A oficina se configura como uma abordagem metodológica que abraça a formação de maneira coletiva, fomentando a interação e a troca de conhecimentos por meio de um processo horizontal de construção do saber. Podem consistir em sessões de aprendizado participativo, onde os indivíduos possam não apenas absorver informações, mas também colaborar ativamente na geração de ideias e soluções para problemáticas atuais da cidade. Os benefícios incluem o fomento da criatividade, a construção de consenso e o fortalecimento do senso de comunidade. Além disso, é um espaço que é favorável para introduzir as discussões para pessoas que não tem conhecimento aprofundado em certos temas, afinal, as atividades práticas podem ser mais elucidativas do que apenas exposições teóricas. No entanto, as limitações podem envolver o desafio de coordenar agendas variadas, e a necessidade de facilitadores habilidosos para garantir discussões produtivas. As oficinas são particularmente eficazes durante estágios iniciais de planejamento urbano, permitindo que os cidadãos contribuam com perspectivas e conhecimentos locais valiosos.

ESTRATÉGIAS

Divulgação: A divulgação é um momento fundamental para que a capacitação alcance o maior número de pessoas possível. Nada adianta a criação de materiais didáticos, claros e objetivos se esse material não atingir o público-alvo desejado. Pensar em uma divulgação que utilize veículos diversificados aumenta a chance de diferentes e diversos perfis da população entrarem em contato com a informação. Pode-se pensar em veículos não só digitais, mas também aproveitar espaços públicos e cotidianos para divulgar chamamentos e materiais informativos que gerem interesse e engajamento.

Um material gera engajamento quando desperta o interesse do interlocutor acerca do tema divulgado, incentivando-o a buscar mais informações sobre o tema e,

assim, possibilitando o aprofundamento nos outros materiais relacionados. Dentre os métodos mencionados neste relatório, alguns apresentam maior alcance que outros, porém a relação entre engajamento e alcance não é direta. Isso porque, não necessariamente um veículo com maior alcance, como o vídeo curto, terá maior engajamento em relação a um veículo de menor alcance, como a aula. Afinal, o vídeo aborda os temas de forma mais superficial, enquanto a aula permite aprofundar e tirar dúvidas sobre um tema. Enfim, é importante entendermos o momento mais adequado para o uso de cada método e como ampliar seu alcance.

Multiplicadores: A formação de uma rede de pessoas capacitadas e engajadas em disseminar o conhecimento, o interesse e a importância acerca dos processos participativos é uma forma eficiente de descentralizar os espaços de capacitação, podendo assim atingir mais pessoas, em nível local. Para isso, é interessante pensar em formar multiplicadores que atuem em diversas áreas, principalmente aqueles que possuam em suas atividades cotidianas o contato direto com a população, como professores, lideranças locais e profissionais da saúde. A formação desses multiplicadores pode ocorrer utilizando-se das mesmas metodologias já mencionadas, como aulas, palestras e oficinas, porém em momentos específicos e restritos para esse grupo selecionado. Estas pessoas, então, têm a capacidade não apenas de formar outros cidadãos sobre as temáticas urbanas, como também de divulgar os espaços e materiais formativos construídos, afinal a divulgação através de conhecidos ou referências locais pode, de fato, gerar mais engajamento de pessoas.

RESULTADOS ESPERADOS

Proporcionar esse conhecimento à sociedade civil favorece o desenvolvimento e o resultado de processos participativos, uma vez que promove maior qualificação no conteúdo das contribuições, viabilizando propostas pertinentes aos temas e, portanto, mais proveitosas. Ademais, entende-se que ações relativas à capacitação, sobretudo de forma continuada, permitem não apenas ampliar a divulgação e o acompanhamento de processos participativos do planejamento urbano, mas também reafirmar o campo democrático e político da cidadania. Espera-se, com este trabalho, a continuação da consolidação de uma cultura participativa na cidade de São Paulo, afinal somente com uma participação social efetiva e diversa será possível construir uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável para todos.

Para fins ilustrativos foi elaborada uma cartilha contendo os conteúdos discutidos acima: https://drive.google.com/file/d/1yhm-0m1MHo1yXQORi9fczOaceP1lwk_Q/view?usp=sharing

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Liamara Tansini; MORAES, Sergio Torres. Plano Diretor Participativo: os desafios da gestão democrática da política urbana no município de Joinville (SC). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 2, 2015.

CRUZ, Rafael Barreto Castelo da. Proposta metodológica para participação popular na definição de estratégias em planejamento urbano. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula; POLLINI, Paula. Estatuto da Cidade: o desafio da capacitação de atores sociais. V Curso gestão urbana e de cidades, 2004.

DE ARAÚJO BEZERRA, Esthefanny Emmanuely Priscylla; DA SILVA, Danyel Estevam. Recursos didáticos, metodologias e educação urbana: caminhos para potencializar a participação social no planejamento urbano. 2023.

FREITAS, Eleusina Lavor Holanda de; BUENO, Laura Machado de Melo. Processos participativos para elaboração de Planos Diretores Municipais: inovações em experiências recentes. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 10, 2018.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. *The adult learner: the definitive classic in adult education and human resource development*. Elsevier Inc – 6° ed. 2005.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. *A participação popular como fonte de legitimidade democrática da administração pública*. 2005.

MODESTO, Paulo. *Participação popular na administração pública—mecanismos de operacionalização*. 1999. 2005.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *Programa Municipal de Linguagem Simples. 10 dicas para escrever um documento em Linguagem Simples*. São Paulo, 2022.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Guia Metodológico dos Processos Participativos*. São Paulo, 2018.